



**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

**Rio de Janeiro (RJ), 20 de maio de 2016.**

**Pronunciamento do Diretor de Política Econômica, Altamir Lopes, no encerramento do XVIII Seminário Anual de Metas para a Inflação do Banco Central do Brasil**

Boa tarde a todos.

Foi com enorme satisfação que realizamos a décima oitava edição do Seminário Anual de Metas para a Inflação do Banco Central do Brasil, que entendo constituir parte relevante da comunicação do nosso regime de metas, além de ser importante fórum de divulgação de estudos, de debates e de troca de experiências.

Agradeço e parablenizo todas as unidades e respectivas equipes envolvidas na organização e realização deste evento.

Em nome do Banco Central do Brasil, agradeço a todos os expositores, debatedores e moderadores que prontamente aceitaram nosso convite para participar deste seminário.

Nesta edição, presenciamos diversas apresentações nos três dias de seminário. Foram dois dias dedicados a apresentações de artigos em formato mais acadêmico, complementados pelas seções de hoje, desenhadas com o intuito de promover discussões mais relacionadas ao processo decisório e de formulação de política monetária.

Os artigos apresentados foram selecionados a partir de uma chamada de trabalhos especificamente estruturada para este Seminário.

Os temas escolhidos refletem, de alguma forma, questões ligadas aos desafios impostos pela grande crise financeira e seus desdobramentos, que têm sido foco de atenção dos trabalhos e pesquisas já há alguns anos, além de questões usualmente relevantes do ponto de vista de bancos centrais.

Não resta dúvida que esse longo espaço de tempo de enfrentamento da crise global e de seus desdobramentos marca um período de intensa volatilidade. Adequando-se a esse contexto, devo ressaltar que esta diretoria colegiada do Banco Central não se furtou a adequar o próprio regime de metas para a inflação

a essa conjuntura desafiadora, sem, contudo, perder de vista os principais pilares do sistema, a saber: i) o compromisso institucional com uma meta numérica pública de inflação para o médio prazo, em linha com o objetivo primordial da política monetária na estabilidade de preços; ii) a transparência na comunicação de planos, objetivos e razões que justificam as decisões de política monetária, por vezes não compreendida em sua plenitude; e iii) o uso de mecanismos de prestação de contas para a sociedade e seus representantes sobre o cumprimento desses objetivos.

Neste momento, em breves palavras, gostaria de referir-me ao processo de ajuste pelo qual passa a economia brasileira. Esse processo, como é sabido, abrange três diferentes áreas: a externa, a fiscal e a monetária.

O ajuste do setor externo da economia brasileira tem sido intenso e consistente, com benefícios inequívocos, como o *superavit* comercial, a redução significativa do *deficit* em transações correntes, os ganhos de competitividade externa, a manutenção da atratividade da economia doméstica aos investimentos estrangeiros e, fundamental mencionar, sem gerar desequilíbrios patrimoniais e instabilidade financeira.

Sobre o ajuste na área fiscal, sabemos que é preciso garantir uma trajetória de resultados primários que permita a estabilização e a posterior redução do endividamento público em relação ao PIB, medida crucial para reforçar a percepção positiva sobre o ambiente econômico, para melhorar a confiança dos agentes, e para contribuir para a ancoragem das expectativas de inflação.

Dessa forma, esperamos que o momento atual seja aproveitado para repensar as estruturas de tributos e de gastos obrigatórios do Governo Federal, buscar o equilíbrio das finanças subnacionais, bem como para promover reformas estruturais de forma a assegurar a consolidação fiscal em prazos mais longos.

Quanto ao ajuste na área monetária, deve-se reconhecer os avanços na política de combate à inflação, levando-se também em conta perspectivas de uma menor depreciação cambial, de uma sensível diminuição no processo de ajuste de

preços administrados e de uma maior abertura do hiato do produto. Todos esses fatores contribuem para o processo de desinflação esperado para 2016 e a convergência da inflação para a meta de 4,5%, em 2017.

No entanto, deve-se considerar que o nível elevado da inflação em doze meses e as expectativas de inflação distantes dos objetivos do regime de metas não oferecem espaço para flexibilização da política monetária.

Para concluir, faz-se necessário um olhar à frente. Temos que reconhecer que os desafios a serem enfrentados neste e nos próximos anos são, de fato, significativos. Entretanto, afirmo, com base no conhecimento construído em anos de carreira na instituição, que o Banco Central do Brasil está pronto para lidar com esses desafios, pois conta, e continuará contando, com dirigentes e quadro de servidores de reconhecida qualidade técnica e pleno comprometimento institucional.

Muito obrigado.